

Próximo governo terá um orçamento pequeno

Quem vencer a eleição presidencial no segundo turno marcada para o dia 17 de dezembro terá logo, ao assumir o governo, um grande problema pela frente, ou seja, terá de descobrir fórmulas imediatas para, conforme as promessas feitas durante a campanha eleitoral, executar suas idéias, colocando em prática, sem perda de tempo, os pontos básicos de seus programas, principalmente aqueles que tratam das questões sociais e econômicas.

O valor global de recursos disponíveis para 1990, conforme avisou o Poder Executivo, que encaminhou no início de mês de outubro sua proposta ao Congresso Nacional, é de NCz\$ 338 bilhões, 861 milhões e 836 mil. E este valor é inalterável, a não ser que a assessoria econômica do novo Governo descubra meios de alterá-lo para mais, ou vislumbre novas fontes de arrecadação — o que, a princípio, é uma tarefa considerada quase impossível.

Segundo o relator da Comissão de Orçamento do Congresso Na-

cional, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), o orçamento do ano que vem é muito “magro” para o número de prioridades existentes reivindicadas por todos os setores, empresas estatais, ministérios, etc. Uma das alternativas aventadas pelo presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), é a Comissão, ao invés de aprovar um orçamento com validade para todo o ano, fazê-lo valer para apenas os quatro ou cinco primeiros meses do ano. Neste caso, o novo Presidente teria mais liberdade para adequar as respectivas receitas, sem atropelar as propostas que considera prioritárias e de execução imediata.

Essa possibilidade, no entanto, já está prevista no artigo quinto do projeto de lei que o Governo mandou para o Congresso, que permite ao Presidente eleito uma solicitação ao Congresso, para que este faça uma revisão das projeções orçamentárias. De acordo com o projeto, o novo presidente poderá fazer esta solicitação até o dia 31 de julho de 1990.